

A História Política Recente do Equador: da instabilidade crônica à eleição de Rafael Correa (1996-2006).

Rafael Affonso de Miranda Alonso¹

Resumo: O artigo apresenta um breve quadro político e econômico do Equador em um período marcado pelo signo da crise. Durante esses anos a instabilidade política crônica havia se tornado um elemento constante do país em um processo que alimentava o desgaste das instituições nacionais e afetava gravemente a legitimidade popular de todo o sistema político. Os debates e a mobilização criados em torno da assinatura da então possível assinatura de um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos também são analisados pela sua importância para os processos políticos experimentados pelo país naqueles anos. Associado a essas reflexões o artigo também apresenta alguns dados sobre a economia nacional que nos ajudam a compreender a dinâmica desses anos de crise através da articulação da esfera econômica com a esfera política.

Palavras-Chave: Equador, História Política, Conjuntura Política, Rafael Correa

The recent political history of Ecuador: From chronic political instability to the election of Rafael Correa (1996-2006)

Abstract: The article presents a brief political framework and economic of Ecuador in a period marked by sign of crisis. During these years the chronic political instability had become a constant element of the country in a process that fed the wear of national institutions and seriously affected the popular legitimacy of the whole political system. The debates and the mobilization created around the signature of then possible signing of a Free Trade Agreement with the United States are also analyzed in terms of their importance to the political processes experienced by Ecuador in those years. Associated with these reflections, the article also presents some data on the national economy that can help us to understand the dynamics of these years of crisis through the articulation of the economic sphere and the political sphere.

Keyword: Ecuador, Political History, Political Climate, Rafael Correa

Artigo recebido em 08/07/2015 e aprovado em 09/07/2015

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

O Equador se redemocratizou em 1979, período em que foram criados novos partidos políticos. Os últimos dez anos marcaram um período de extrema instabilidade política; de 1996 a 2006, sete presidentes governaram o país, sendo que apenas três deles chegaram ao posto através de eleições. Estes três presidentes eleitos democraticamente acabaram depostos do poder, como o resultado de variados tipos de mobilizações sociais e populares (Bucaram, Mahuad e Gutiérrez).

A eleição de Abdalá Bucaram em 1996 foi um dos sinais do processo de deslegitimação popular que o sistema político tradicional equatoriano vinha enfrentando ao longo deste decênio. A marca das disputas eleitorais do período foi a participação de candidatos apoiados por movimentos ou frentes montadas exclusivamente para fins eleitorais de momento ou através da criação de novos partidos políticos.

Bucaram apesar de oriundo do sistema político tradicional insistia, durante a campanha eleitoral, em criticá-lo diretamente, fazendo eco, dessa maneira, a um sentimento popular bastante disseminado naquela oportunidade. Com essa estratégia ele buscava lançar um apelo direto aos excluídos e marginalizados, prescindindo da intermediação dos partidos políticos. Terminou deposto pelo Congresso depois de um levante popular e em meio a acusações de corrupção. Seus sucessores tiveram de lidar com o mesmo tipo de instabilidade, já que reproduziram cada um à sua maneira, as mesmas práticas que haviam levado o sistema político a ingressar em uma profunda crise de legitimidade, fragilizando terrivelmente a representatividade dos políticos e partidos tradicionais.

A instabilidade política tornava-se assim, um dado estável, uma característica do funcionamento da política no Equador durante este período^{II}. Progressivamente aumentavam o número de protestos populares e rebeliões, assim como o tom dos discursos contra o sistema e os políticos tradicionais. Nesse contexto, grupos militares reivindicaram e assumiram um papel decisivo na política nacional, como no caso da deposição do presidente Jamil Mahuad, em janeiro de 2000, episódio que foi liderado pelo coronel Lucio Gutiérrez, outro futuro presidente, que também encerraria sua trajetória, deposto.

A crença de que a democracia representativa fosse a melhor via para a solução dos problemas nacionais estava sendo progressivamente corroída e abalada, abrindo espaço para o surgimento de vozes defensoras de caminhos autoritários. A expectativa de mudanças no ciclo hegemônico neoliberal, através do voto, caía em crescente descrédito, na medida em que os novos eleitos insistiam na manutenção de um modelo que parecia esgotado.

Em 1998, Jamil Mahuad foi eleito, porém também acabaria deposto, dessa vez, por uma sublevação popular, indígena e militar, em janeiro de 2000. O contexto da virada do ano de 1999 para 2000 esteve marcado por uma gravíssima crise política, social e econômica (incluindo o colapso do sistema bancário). O tratamento à crise dado pelo governo, foi o aprofundamento das receitas neoliberais sugeridas pelos organismos internacionais, como o FMI e Banco Mundial, sobretudo a proposta da *dolarização*, medida anunciada no dia dois de janeiro de 2000.

Como a população e os movimentos sociais perceberam que a receita poderia agravar os problemas – ao não atacar diretamente o desemprego, por exemplo –

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

enormes manifestações se puseram em marcha. Os protestos uniam o movimento indígena em ascensão, coordenado pela CONAIE, com a insatisfação de estratos médios das camadas militares – cuja principal liderança, como já foi dito acima, era do coronel e futuro presidente Lucio Gutiérrez. A rejeição a política econômica do presidente unia a todos.

O vice-presidente Gustavo Noboa assumiu a presidência no dia 23 de fevereiro de 2000, na esteira da profunda crise que derrubou o presidente Mahuad e negociou um pacote econômico ortodoxo que, incluía a dolarização da economia nacional. A principal meta era conseguir a estabilidade econômica ao país. Para isso, foram adotadas políticas rigorosas de austeridade fiscal, privatizações e aumento de tarifas públicas, sempre de acordo com as recomendações do FMI. O aumento do preço do gás, por exemplo, gerou protestos dos indígenas, que resultaram em quatro mortes e aumento do descontentamento popular. Retórica e superficialmente, em momentos diversos, o presidente Noboa tratou de criticar as políticas do FMI para a região. Apesar dos protestos e levantes indígenas, conseguiu duramente levar seu governo até o fim.

A campanha eleitoral de 2002 foi caracterizada pela virulência retórica e pouco programática dos dois candidatos finalistas – Gutiérrez e Noboa – e a ausência na disputa, dos principais líderes dos partidos políticos tradicionais do país. Estavam sendo conjuntamente, responsabilizados pelos eleitores por terem se alternado no poder desde a redemocratização de 1979, sem terem trazido quaisquer melhorias para grave situação social do país.

Os finalistas não pertenciam à máquina partidária tradicional e para disputar as eleições, fundaram as suas próprias organizações: No caso de Gutiérrez, o Partido Sociedade Patriótica (PSP) e de Noboa, o Partido Renovador Institucional Ação Nacional (PRIAN).

Gutiérrez obteve o apoio decisivo do Movimento Indígena Equatoriano (MIE), através de suas principais organizações e do seu braço político, o movimento Pachakutik. Acabou eleito com um discurso nacionalista de esquerda, que muitos viam semelhante ao do presidente venezuelano Hugo Chávez. Apesar de tal retórica, Gutiérrez havia deixado o espaço aberto para a composição com os setores políticos tradicionais e não deixava de afirmar que seu governo não afugentaria os investidores estrangeiros. Noboa, por seu turno era o candidato que defenderia enfaticamente a iniciativa privada, contra o suposto “comunismo” de Gutiérrez. Ainda que fosse mais retórica do que programática ou ideológica – como o governo Gutiérrez viria comprovar –, uma aguda polarização política estava criada.

Entretanto, no campo econômico, ambos defenderam a manutenção da dolarização, o enfrentamento da questão da dívida externa, a redução do déficit estatal, o combate à corrupção, além de se declararem contrários a privatização. As diferenças eram muito mais superficiais do que de conteúdo.

No governo, Gutiérrez rápida e progressivamente perdeu o apoio popular que lhe levava a vitória. Na prática, foram levadas adiante as mesmas políticas de livre mercado que havia criticado e prometido abandonar durante a campanha eleitoral. Em outras palavras, havia sido eleito para promover mudanças na condução da política econômica

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

do país e priorizar o combate aos graves problemas sociais do país e, depois de assumir a presidência, deixou de lado tais compromissos.

A intervenção no Poder Judiciário – tentativa de impor uma reforma da Corte Suprema de Justiça – por parte do Executivo foi um dos motivos que levaram à “rebelião de abril” (2005). As manifestações, concentradas nas partes montanhosas do país, sobretudo na capital Quito, foram compostas por diferentes grupos sociais, que incluíam desde setores mais populares à classe média conservadora. Gutiérrez, em pouco tempo, havia conseguido desagradar a todos: à esquerda, ao não cumprir as promessas de mudança, aos setores mais conservadores, por seu estilo autoritário e voluntarista.

A reforma no Judiciário foi proposta em dezembro de 2004. Em março do ano seguinte, uma greve de funcionários do poder judiciário, contra a medida, abriu o caminho para a rebelião. No dia 31 de março os novos ministros da Corte Suprema anularam as sentenças contra os ex-presidentes Mahuad e Noboa que, naquele momento, encontravam-se fora do Equador e proibidos de regressar ao país. O ato permitiu a volta de ambos e a situação tensa, explodiu.

A primeira marcha ocorreu no dia 13 de abril em Quito e, até a deposição de Gutiérrez, os manifestantes nunca mais deixaram a arena pública – oito dias de protestos, ininterruptos. Mesmo com a decretação de estado de emergência (15 de abril) os manifestantes não deixavam as ruas. A medida, por ineficaz, foi logo suspensa. Depois de perder o apoio do exército, o caminho para a deposição de Gutiérrez, estava selado.

A principal proclamação política dos manifestantes – que depois de serem chamados de *forajidos* por Gutiérrez, adotaram orgulhosamente a alcunha – deixava claro o desencanto com os políticos: “*que se vayan todos*”. Outra característica importante das manifestações era o seu caráter espontâneo. Não havia convocações oficiais e lideranças definidas. Assim como na Argentina, em fins de 2001, por ocasião da deposição do presidente De la Rúa, os manifestantes acusavam a todos, o sistema político equatoriano havia perdido, nessa ocasião, toda a sua legitimidade popular.

Em meio a crescente onda de protestos, Gutiérrez acabou deposto pelo Congresso no dia 20 de abril de 2005. Imediatamente, o vice-presidente Alfredo Palácio assumiu o cargo. Os principais desafios do governo Palácio não eram pequenos, entre estes estavam as delicadas negociações para a eventual assinatura de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e algumas disputas e diferenças com as companhias petrolíferas estrangeiras, sobretudo a OXY.

As Eleições de outubro de 2006

Para as novas eleições presidenciais de 2006, a fragmentação política e social expressava-se de diferentes formas, entre elas, no grande número de candidatos apresentados e na permanente indefinição no que dizia respeito a construção de alianças e frentes políticas.

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

Novamente, os representantes das forças políticas tradicionais ficaram de fora do segundo turno – comprovando os diagnósticos que indicavam um gravíssimo desgaste junto a sociedade equatoriana –, disputado por Noboa e Correa. Álvaro Noboa, apresentava-se ao pleito pelo Partido Renovador Institucional Acción Nacional (Prian). Advogado com pós-graduação em Administração de Negócios, empresário e considerado o homem mais rico do Equador, com negócios em diversos setores^{III}, com destaque para o bananeiro (possui mais de uma dezena de fazendas bananeiras). Era filho de Luis Noboa Naranjo, que já havia sido considerado uma das maiores fortunas do século XX no Equador. Pesavam sobre seu nome acusações de exploração de trabalho infantil nas plantações de banana de sua propriedade, superexploração dos trabalhadores e repressão antisindical.

Foi candidato derrotado em três recentes eleições presidenciais no país, em todas essas oportunidades, perdeu no segundo turno, sendo a mais recente delas, para o atual presidente Rafael Correa. Em 1998 disputou com Mahuad e em 2002, acabou derrotado por Lucio Gutiérrez. Chegou a ser presidente da Junta Monetária durante a presidência de Abdala Bucaram e afirmava que durante a sua gestão obteve-se o maior crescimento das reservas internacionais do país. Seu contato com as populações mais pobres se dá através de tradicionais práticas clientelísticas e de mensagens simples e diretas. Dispunha de ótima estrutura em todo o país para a campanha, recursos financeiros ilimitados e a experiência de duas disputas presidenciais em que chegou ao segundo turno, mas não venceu. Defendia abertamente a dolarização do país (ocorrida em 2000), argumentando que tal medida deu competitividade internacional aos produtos nacionais.

O então candidato e atual presidente Rafael Correa – Alianza PAÍS, Patria Altiva y Soberana, economista, professor universitário e ex-ministro da Economia do governo interino do presidente Alfredo Palacio entre os meses de abril e agosto de 2005 – buscou durante aquela campanha salientar o caráter progressista de suas propostas. Ganhou muita popularidade em sua passagem pelo ministério pela postura de enfrentamento aos organismos multilaterais e pela aproximação com o governo venezuelano, em temas relacionados aos recursos energéticos.

Ainda candidato, manifestava-se abertamente contra a assinatura do TLC e defendia um “manejo soberano da economia”, um plano para o desenvolvimento industrial do país, políticas diretas contra o desemprego. Em relação à política energética defendeu a integração energética da América Latina e via com simpatia as propostas do presidente venezuelano Hugo Chávez. Correa, inclusive, auto intitulava-se bolivariano e seguidor das ideias do presidente Chávez. Sobre o petróleo, afirmou em uma entrevista de campanha:

Pienso que sería importante que Venezuela invierta en Ecuador, que nosotros hagamos refinerías para procesar el crudo de ellos y demos trabajo en nuestra tierra. Nuestra producción es marginal comparada con la de Venezuela, con una refinería tendríamos para procesar nuestro crudo. En el caso ecuatoriano hay que rescatar para el Estado el sector hidrocarburífero. Cuando dicen hay que nacionalizar el petróleo, definan qué es nacionalizar. Porque el petróleo es del Estado. El problema son las malas negociaciones, que las transnacionales arriesguen y veamos que participación nos dan. Si nacionalizar es dejar que la exploración esté en manos del Estado, no estoy de acuerdo porque es una actividad de alto riesgo y de alta tecnología.^{IV}

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

Em relação ao delicado tema da dolarização, sempre afirmava que não via condições imediatas para o abandono do modelo e considerava a construção de uma moeda comum andina, como uma das possibilidades a serem trabalhadas. Sua base de apoio era variada socialmente, além de uma miríade de movimentos pouco representativos isoladamente. A experiência desastrosa do governo Gutiérrez para a esquerda em geral, e para o Movimento Indígena, em particular – ambos o apoiaram nas eleições de 2002 – fizeram com que sua candidatura fosse objeto de muitas desconfianças por parte dessas forças políticas no momento da campanha.

O Movimento Indígena e a Política Recente

O Movimento Indígena centralizado através da Confederação de Nacionalidades Indígenas, CONAIE, representava na primeira década do século XXI, o movimento social mais importante do Equador. Numericamente, cerca de 1/3 dos aproximadamente 13 milhões e 500 mil equatorianos são ameríndios. Desse universo indígena cerca de 80% vive na pobreza e sem acesso a serviços sociais básicos.

A importância da CONAIE começou a ganhar fôlego durante a década de 1990 e já era incontestável em janeiro de 2000, quando assumiram um importante papel na deposição do presidente Jamil Mahuad. O movimento ganhou nova visibilidade com as enormes marchas organizadas em março de 2006 contra a assinatura de um acordo de livre-comércio com os EUA, o TLC, e pelo cancelamento do contrato de exploração de petróleo com a empresa estadunidense OXY, medida que acabou sendo adotada – surpreendentemente para muitos – pelo presidente Alfredo Palacio no dia 15 de maio de 2006.

O quadro social no Equador nos indicava um país que seguia tendo como grande desafio político o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. O país em 2006 ainda era um dos mais pobres da América do Sul ao lado da Bolívia e do Paraguai. Apresentava um quadro de profunda desigualdade social com os 20% mais ricos possuindo cerca de 50% da riqueza nacional enquanto que os 20% mais pobres, participam de apenas 2% dessa riqueza.

Segundo um estudo do *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos* (INEC), divulgado em junho de 2006, 51% das pessoas no país vivia em condições de pobreza e 16% na indigência.^V A miséria concentrava-se, sobretudo, em áreas rurais, onde calcula-se que três em cada dez pessoas viva na extrema pobreza ou indigência. Outro indicador importante para a composição do quadro social equatoriano da época é o enorme fluxo emigratório observado. As taxas oficiais de desemprego giravam em torno de 10%, enquanto que cerca da metade da população economicamente ativa enquadrava-se na categoria de subempregados.

Impactos da Economia na Política Equatoriana Recente

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

No ano de 1999, o Equador viveu sua mais profunda crise econômica, que resultou em um colapso dos bancos, desvalorização da moeda, suspensão dos pagamentos da dívida externa e hiperinflação. No final do ano foi anunciado o plano de dolarização da economia. Em março de 2000, foi aprovada uma série de reformas estruturais no Congresso, que permitiram a constituição de um arcabouço legal para a dolarização da economia do país. Os defensores da dolarização argumentaram que, dessa forma, foi possível blindar a economia da instabilidade política crônica do país. Consideraram ainda, as virtudes da estabilidade macroeconômica alcançada, após a medida. De fato, a dolarização se impôs, naquela ocasião ao país, através das vozes e canais de comunicação e opinião mais poderosos e influentes. Tal discurso esteve relacionado ao “dogma da estabilidade”, que foi habilmente relacionado com a dolarização e considerava, portanto, esta última, como um “fato irreversível”.

Desde 2000, o país assinou três Cartas de Intenção (e suas respectivas ampliações) com o FMI, organismo que tem desempenhado um papel central na condução da política econômica do país há cerca de vinte anos.^{VI} As chamadas *políticas de ajuste estrutural e estabilização* foram a constante desse período, no qual mesmo quando não havia a vigência de qualquer acordo com o Fundo, foram mantidas as políticas econômicas ortodoxas de matriz liberal. A crítica e esquerda alertava que o grande objetivo econômico estabelecido pelos governos dessa época, isto é, a estabilidade macroeconômica, funcionava como um fim em si mesmo que não fornecia respostas adequadas para as demandas sociais e econômicas da fragilizada e empobrecida sociedade equatoriana.

Portanto, seguindo a linha de argumentação dos que faziam a crítica à condução da política econômica do país, como o futuro presidente Correa, as tentativas de promover o desenvolvimento nacional e a distribuição de riquezas mostraram-se incompatíveis, no decorrer desses anos, pela insistência na manutenção de tal modelo. Aqui encontramos, em grande medida, uma boa parte da explicação para a profunda crise econômica, política e social em que mergulhou o Equador, sobretudo a partir de 1996. Crescimento econômico, distribuição de renda, geração de emprego, investimentos sociais foram deixados de lado, ou promovidos de maneira insuficiente, para atender as demandas da população equatoriana.^{VII}

Seria através de análises desse tipo que poderíamos entender as conclusões que apontavam para a década de 1990 no Equador como uma era marcada, em primeiro lugar pelo “predomínio de argumentos ideológicos de matriz neoliberal”.^{VIII} O manejo ortodoxo da economia, a piora das condições sociais de amplos segmentos da população e as crises políticas sucessivas, nos últimos dez anos, foram, nesta chave crítica, diretamente relacionadas.

Em 2005, com a nomeação do presidente Rafael Correa para o ministério da Economia, tal política econômica ortodoxa sofreria seu primeiro ponto de inflexão significativo em muitos anos. Os analistas de mercado e outros profissionais do meio econômico, empresarial e os grandes canais da imprensa especializada expressaram abertamente a sua insatisfação com as possibilidades de mudanças. Imediatamente, os índices de medição de risco, criados pelo mercado, puniram o Equador, baixando o seu grau de investimento para de B- para CCC+ e assinalando uma elevação do risco-país

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

em 120 pontos, apenas no mês de maio daquele ano. Entre as novas posições que desagradaram aos agentes econômicos beneficiários da manutenção das políticas de austeridade neoliberais, destacavam-se:

- Reavaliação do relacionamento com os organismos multilaterais (FMI e BM) visando diminuir a dependência do país em relação a estes;
- Rejeição da imposição de condicionamentos sobre a política econômica do país para a liberação de verbas por parte do FMI e BM;
- Desistência da renovação de empréstimos externos para programas sociais;
- Busca de diversificação das fontes de financiamentos com parceiros regionais (através da emissão de *bonos*), sobretudo, a Venezuela;
- Reforma do *Fondo de Estabilización Inversión Social y Productiva y Reducción del Endeudamiento Público* (FEIREP). A proposta era utilizar parte dos valores arrecadados pelo fundo petrolífero em investimentos sociais ao invés de repassá-los, integralmente, para o pagamento da dívida pública;
- Aumento dos gastos no setor social^{IX}

Correa deixou a pasta da Economia depois de três meses e meio no cargo (21 de abril a 04 de agosto de 2005), alegando diferenças com o presidente Palacio. Diversos fatores contribuíram para que sua passagem tivesse essa duração tão curta. Certamente jogaram um papel importante a própria fragilidade política do governo Palácio, as propostas de mudanças na política fiscal e as pressões de agentes econômicos internos e externos descontentes com as posições heterodoxas do ministro da Economia.

Além disso, o ministro vinha fazendo críticas abertas ao posicionamento do Banco Mundial devido ao cancelamento de uma operação de crédito, depois que foram anunciadas as modificações no FEIREP (mudança de destinação de recursos petrolíferos). Se por um lado os agentes da economia de mercado reprovavam duramente a breve passagem de Correa no ministério, ele deixava o cargo como o mais popular ministro do governo e com índice de aprovação superior ao do presidente Alfredo Palácio.

A economia equatoriana tinha naqueles anos como principal fonte de renda a exploração do petróleo. Com uma produção diária de 550.000 barris, o país é o quinto maior produtor da América Latina, atrás de Venezuela, México, Brasil e Argentina. Nos últimos anos a exploração do óleo cresceu de 320.000 b/d em 1992 a 532.000 b/d em 2005, dos quais 67,78% eram destinados à exportação.^X No entanto, as décadas de pouco investimento estatal no setor petrolífero, verificadas na fraqueza e falta de recursos técnicos da estatal PETROECUADOR, não permitiram que o país superasse a condição de importador de combustível fóssil, por falta de refinarias que supram o consumo do país.

O petróleo representava nesses anos cerca de 40% do total das exportações equatorianas e as receitas oriundas da sua venda respondem por 43% do orçamento fiscal. Apesar de representar quase a metade dos ingressos nacionais, os benefícios dessa exploração nunca foram razoavelmente distribuídos em forma de serviços para a população do país, tornando-se o foco de boa parte das mobilizações sociais recentes.

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

Em 2002, observou-se que o setor petrolífero chegava a responder por aproximadamente 80% do total dos investimentos estrangeiros no Equador.

Além do petróleo, o país sempre dependeu da exportação de produtos primários. A indústria nacional equatoriana é inexpressiva, tendo como principal setor o têxtil. Atualmente, as principais culturas de exportação são (em ordem de importância): banana (827); camarão (278); atum (63); cacau (55); café (15).^{XI}

Depois da renda petrolífera, a segunda principal fonte de ingressos na economia equatoriana são as remessas de dinheiro vindas de emigrantes. As cifras para o ano de 2001 são de 1.415 milhões de dólares. Para efeito de comparação e para termos uma noção do peso de tais ingressos para a economia do país, as exportações de petróleo durante o mesmo período foram de 1.900 milhões e os ingressos provenientes dos outros produtos primários de exportação, 1.238 milhões de dólares.^{XII}

Este fenômeno, um amplo movimento emigratório no Equador, começou a ganhar velocidade e importância durante a década de 1990, sobretudo no final do decênio, tendo sido associado ao ambiente de permanente crise econômica e social, aliado a descrença no sistema político, ao desemprego crônico e a falta de perspectivas. Este último elemento, um sentimento compartilhado por amplos segmentos da sociedade equatoriana. Em 2005, os ingressos econômicos provenientes de remessas de emigrantes alcançaram 1.716 milhões de dólares. Vale ressaltar que tais recursos passaram a exercer um papel central para o equilíbrio da conta corrente da balança de pagamentos.

Por fim, neste breve quadro da economia equatoriana dos anos da mais aguda crise política do país, é importante indicar que o Equador apresentou índices medíocres de crescimento nos últimos vinte anos (1986-2006). A exceção foi o ano de 2004, quando o país alcançou um crescimento do PIB de 6.9%, o maior das últimas duas décadas. Esse crescimento é explicado pelos aportes financeiros das empresas petrolíferas privadas, sobretudo, para a construção do OCP; alta dos preços do petróleo e remessa de dólares dos emigrados. Nesse ano o setor do petróleo cresceu 30%, enquanto que a agricultura e comércio apenas 1.9%. Tal espasmo de crescimento explicava-se pelo mesmo não fundar suas raízes em processos sistêmicos e bem sedimentados na economia nacional, ou seja, não estávamos diante de algum ciclo virtuoso de crescimento, sustentado por demanda interna crescente ou dinamização do setor exportador.

O Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA

Em maio de 2004, foram iniciadas as negociações – 1ª Rodada, em Cartagena, Colômbia – para a assinatura do TLC entre o Equador e os EUA. O TLC a ser negociado seguiria os mesmos moldes de outros acordos do gênero que os estadunidenses passaram a perseguir na América Latina após o fracasso da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O objetivo seguia estratégia anunciada pelo então representante de comércio dos EUA Robert Zoellick, em

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

novembro de 2003, aos deputados desse país. O anúncio dizia respeito a quatro países andinos, o próprio Equador, Colômbia, Peru e Bolívia (este último país, posteriormente, se retirou do processo de negociação do TLC).

As negociações dividiram-se em dezenove mesas temáticas^{XIII}, sendo que a conclusão desta fase havia sido estabelecida, inicialmente, para abril de 2005. Além dos diversos impasses gerados durante as negociações do acordo, a sociedade equatoriana mostrou-se muito reticente, quando não francamente contrária, a assinatura do TLC com os EUA. Essa postura relacionava-se com a suspeita de que a desinformação e pouca divulgação para o conjunto da sociedade do teor dos temas tratados, estivessem relacionados com operações que podiam resultar em enormes prejuízos para a soberania e o futuro da nação. Portanto, as potenciais consequências jurídicas, econômicas, políticas, sociais, ambientais que um acordo abrangente como esse poderia trazer, desde o início geraram uma enorme desconfiança na população, expressada em gigantescas manifestações políticas coordenadas pelos principais movimentos sociais do país, sobretudo, o indígena, através da CONAIE.

Questionou-se também a rapidez com que se desejava concluir um processo tão importante que, fatalmente traria consigo, mudanças profundas que influenciariam o futuro do país. Era a estratégia adotada pelos EUA: impor extrema velocidade ao processo, deixando para o final a discussão de temas mais polêmicos.

A rejeição a assinatura do TLC, tornou-se uma das principais bandeiras de luta das manifestações de abril de 2005, que culminaram com a deposição do presidente eleito Lucio Gutierrez. Este mesmo governo, que havia defendido, no auge de sua impopularidade, que a TLC “*va porque va*”, introduziu reformas trabalhistas de cunho liberal – flexibilização das leis trabalhistas e redução ou cancelamento de direitos trabalhistas –, buscava com essas medidas sintonizar a legislação do país com algumas exigências e condicionalidades do Tratado (“*Reglamento para la Contratación Laboral por Horas*”, publicado no Registro Oficial No. 547, de 18 de março de 2005).

Os críticos ao TLC alertavam para os “riscos para o país” que alguns compromissos representariam para a frágil economia equatoriana. Ressaltavam o fato de que o TLC é muito mais do que apenas um mero tratado comercial. Os enormes desníveis de competitividade entre as empresas e produtores do Equador frente os competidores dos EUA, faziam com que as projeções apontassem para a gravidade dos riscos envolvidos no Tratado para o desenvolvimento do país. A estes críticos, os riscos lhes pareciam, muito mais significativos do que os supostos benefícios apontados pelos defensores do acordo. Vale destacar as duas preocupações centrais: compras públicas e investimentos.

Ainda no campo econômico tem se frisado que a maior parte dos “ganhos” em termos de acesso ao mercado dos EUA, já estavam em vigor, através do ANDEAN TRADE PROMOTION AND DRUG ERADICATION ACT (ATPDEA) ou Lei de Preferências Comerciais Andinas e Erradicação das Drogas. Ou seja, o TLC significaria “*la permanencia de ventajas ya concedidas y no nuevas concesiones.*” Na mesma linha de argumentação, afirmou-se também que, “*vale recordar que el acuerdo ATPDEA es de una sola vía, es decir, el acceso es sólo para productos ecuatorianos al mercado norteamericano, con el TLC las reglas del juego cambian y la eliminación de aranceles va también para el Ecuador.*”^{XIV}

RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO

Um estudo Banco Central do Equador concluiu que o TLC “*no será el elemento dinamizador del aparato productivo del Ecuador*”, que os defensores do Tratado sustentavam. Novamente, a questão do ATDPEA surgia como elemento central. O TLC significaria o fim do primeiro acordo, unilateral, ou seja, que concede preferência aos produtos equatorianos (e de outras nações andinas) no mercado estadunidense em troca da cooperação antidrogas. Em seu lugar, consolidar-se-ia o TLC, que mantém os pontos do primeiro acordo, mas, exige como contrapartida, uma profunda abertura da parte do Equador, do mesmo modo que, estabelece compromissos em áreas estratégicas, como vimos acima.

As negociações – que já estavam diante de alguns impasses – foram paralisadas por iniciativa dos EUA, no início de abril de 2006, depois da aprovação da chamada *Ley de Hidrocarburos*, que prevê que as petroleiras estrangeiras repassem ao Estado equatoriano 60% das receitas extras, proporcionadas pelo alto preço do petróleo.

Cerca de um mês depois, outra iniciativa do governo equatoriano congelou de vez todas as possibilidades de se levar adiante o projeto de assinatura do TLC naquele momento: a 15 de maio de 2006, o presidente Alfredo Palácio, cancelou a concessão de exploração de petróleo da companhia estadunidense OXY. Imediatamente, funcionários do governo dos EUA afirmaram que consideravam a atitude do governo como “confiscatória”.

A posição inequívoca dos negociadores estadunidenses do TLC deixou claro que a questão da OXY estaria vinculada ao da assinatura do Tratado. Desprezando o fato de a caducidade ter sido o resultado de um longo processo, que tramitou normalmente na Justiça do país, a posição dos EUA foi claramente a de não admitir o fato, que dessa forma havia sido interpretado como uma interferência, seja qual fosse a sua legitimidade, nos interesses de suas empresas no exterior. Essa lição foi apreendida por muitos equatorianos e serviu para reforçar ainda mais, as resistências e desconfianças em relação ao TLC.

Notas

^I Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de História da América da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

^{II} Simón Pachano. Ecuador: cuando la inestabilidad se vuelve estable. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*. Num. 23, Quito, septiembre 2005, pp. 37-44

^{III} Declarou ser dono de mais de 100 empresas e seu patrimônio foi calculado pela Revista *Forbes* em cerca de 1.200 milhões de dólares. Seus negócios incluem o café, chocolate, frotas navais, uma linha aérea, um banco, empresas de seguros e etc.

^{IV} http://www.prensamercoeur.com.ar/apm/nota_completa.php?idnota=1886

^V *El Universo*, 20 de junho de 2006.

^{VI} Desde 1979, foram assinadas nove Cartas de Intenção com o FMI.

^{VII} **ANÁLISIS DE COYUNTURA ECONÓMICA**. Una lectura de los principales componentes de la economía ecuatoriana durante el año de 2005. ILDIS – FES/FLACSO.

^{VIII} *Idem*, p.9.

^{IX} *Idem*, p.10-11.

^X *El universo*, 03 de maio de 2006.

^{XI} Cifras anuais em milhões de dólares para o período 2001-2002. Cf. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), In; <http://www.ildis.org.ec/migracion1.pdf>.

^{xii} Cf. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), In; <http://www.ildis.org.ec/migracion1.pdf>.

^{xiii} Maiores detalhes em; <http://www.tlc.gov.ec/index.php>. Essas foram as mesas: Agricultura, Industrial, Têxteis, Defesa Comercial (Salvaguardas), Medidas Sanitárias e Fitosanitárias (MSF), Origem, Aduanas, Normas Técnicas (Obstáculos Técnicos ao Comércio), Serviços Transfronteiriços, Telecomunicações, Comércio Eletrônico, Serviços Financeiros, Investimentos, Propriedade Intelectual, Trabalhista, Ambiental, Solução de Controvérsias e Assuntos Institucionais, Compras Públicas.

^{xiv} ÍCONOS 24, 2006, pp. 17-22.

Referencias Bibliográficas

ANÁLISIS DE COYUNTURA ECONÓMICA. **Una lectura de los principales componentes de la economía ecuatoriana durante el año 2005**. ILDIS - FES / FLACSO.

ACOSTA, A.; FALCONI, F. y JÁCOME, H. “**Qué pasa si Ecuador no firma el Tratado de Libre Comercio?**”. Íconos. Revista de Ciencias Sociales, No. 24, enero 2006, pp. 17-22, Flacso-Ecuador, Quito.

BANCO CENTRAL DEL ECUADOR, 2004, Información Estadística, BCE, Quito.

BARRERA G., Augusto. “**Ecuador: desafíos y oportunidades del proceso electoral 2006**” Nueva Sociedad. Edición Especial. Marzo de 2006

FALCONÍ, F. y Jácome, H., 2005, “**El TLC, ¿va porque va?**”, Íconos. Revista de Ciencias Sociales, No. 22, Flacso-Ecuador, Quito.

JÁCOME, H., 2004, “**A las puertas del abismo: las implicaciones del TLC para Ecuador**”, Íconos. Revista de Ciencias Sociales, No. 20, Flacso-Ecuador, Quito.

PACHANO, Simón. “**Ecuador: cuando la inestabilidad se vuelve estable**”. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. No. 23, Quito, septiembre 2005, pp. 37-44

REVISTA AMÉRICA LATINA EM MOVIMIENTO. “**Ecuador en tiempos de cambio**”. Quito, 20 de agosto de 2007, n.423.

Sítios da Internet

<http://www.eluniverso.com/>

<http://www.elcomercio.com/>

<http://www.ildis.org.ec/>

<http://www.hoy.com.ec/home.htm>